

POR UMA ECOLOGIA DECOLONIAL: AQUILOMBAMENTO E OUTRAS RESISTÊNCIAS

Leide Joice Pontes Portela ¹

Charlot Jn Charles ²

Ádria Fabíola Pinheiro de Sousa ³

Josué da Costa Silva ⁴

RESUMO

Este trabalho pretende fazer compreender, a partir da obra *Uma decolonial: pensar a partir do mundo caribenho* (2022) de Malcom Ferdinand, as relações estabelecidas entre o legado colonial e a destruição do meio ambiente, investigando como as crises ecológicas e a história colonial da modernidade são estritamente ligadas. A obra contribui para uma mudança discursiva sobre as inúmeras crises ambientais criadas desde a colonização/escravidão nas Américas e as formas de resistências que se opõem à forma colonialista de habitar a terra. O trabalho de Malcom Ferdinand possibilita um deslocamento epistêmico acerca das práticas ecológicas dos quilombolas no Brasil - que são conectadas às experiências políticas na região do Caribe -. Pensar nas resistências quilombolas é refletir alternativas outras, diante do habitar colonial que persiste nos países pós-coloniais. A ecologia decolonial promovida pelos povos quilombolas rompe com a forma destruidora de se relacionar com a terra, pautada no racismo e na exploração desenfreada de humanos e da natureza.

Palavras-chave: Ecologia Decolonial, Colonização, Escravidão, *Plantation*, Quilombo.

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo comprender, a partir de la obra *Uma decolonial: pensar a partir do mundo caribenho* (2022) de Malcom Ferdinand, las relaciones que se establecen entre el legado colonial y la destrucción del medio ambiente, investigando cómo las crisis ecológicas y la historia colonial de la modernidad son estrictamente vinculado. La obra contribuye a un cambio de discurso sobre las innumerables crisis ambientales creadas desde la colonización/esclavitud en las Américas y las formas de resistencia que se oponen a la forma colonialista de habitar la tierra. El trabajo de Malcom Ferdinand permite un cambio epistémico respecto de las prácticas ecológicas de los quilombolas en Brasil - que están conectadas con experiencias políticas en la región del Caribe-. Pensar en las resistencias quilombolas es reflejar otras alternativas, dada la ocupación colonial que persiste en los países poscoloniales. La ecología decolonial promovida por los quilombolas rompe con la forma destructiva de relacionarse con la tierra, basada en el racismo y la explotación desenfreada del ser humano y la naturaleza.

Palabras clave: Ecología Descolonial, Colonización, Esclavitud, *Plantation*/Plantación, Quilombo.

¹ Doutoranda no Programa de Pós-graduação Mestrado e Doutorado em Geografia na Universidade Federal de Rondônia – UNIR, joice.portela13@gmail.com;

² Doutorando no Programa de Pós-graduação Mestrado e Doutorado em Geografia na Universidade Federal de Rondônia – UNIR, charlotcj03@gmail.com;

³ Doutoranda no Programa de Pós-graduação Mestrado e Doutorado em Geografia na Universidade Federal de Rondônia – UNIR, fabyolasousa@gmail.com

⁴ Orientador, professor titular do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Rondônia – UNIR, jcosta@unir.br

This work aims to understand, based on the work *Uma decolonial: pensar a partir do mundo caribenho* (2022) de Malcom Ferdinand, the relationships established between the colonial legacy and the destruction of the environment, investigating how ecological crises and the colonial history of modernity are strictly linked. The work contributes to a change in discourse about the countless environmental crises created since colonization/slavery in the Americas and the forms of resistance that oppose the colonialist way of inhabiting the land. Malcom Ferdinand's work enables an epistemic shift regarding the ecological practices of quilombolas in Brazil - which are connected to political experiences in the Caribbean region -. Thinking about quilombola resistance is reflecting other alternatives, given the colonial habitation that persists in post-colonial countries. The decolonial ecology promoted by quilombola people breaks with the destructive way of relating to the land, based on racism and the unbridled exploitation of humans and nature.

Keywords: Decolonial Ecology, Colonization, Slavery, Plantation, Quilombo.

INTRODUÇÃO

Como herança da ciência moderna temos a perpetuação de várias dicotomias, a exemplo da clássica oposição entre natureza e sociedade, onde a natureza é entendida e trabalhada distante dos estudos da sociedade. Essa separação foi uma construção histórica/social que serviu para operar interesses específicos de grupos hegemônicos no poder, tornando universal uma única forma de conceber a natureza e a sua relação com a humanidade. A exploração colonial da terra e a escravidão foram os processos que serviram como alicerces da modernidade, produzindo uma forma violenta de pensar a natureza e o “outro”. A modernidade, sinônimo do infeliz progresso, construiu uma sólida hierarquia em que saberes outros são desvalorizados e tidos como inferiores. É sobre os saberes-fazer que fogem dessa divisão moderna entre natureza e sociedade que este texto trata.

Utilizamos a obra *Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho*⁵ do autor martinicano Malcom Ferdinand⁶ como ponto de partida teórica para refletirmos as inúmeras crises ecológicas criadas desde a colonização/escravidão nas Américas e as formas de resistências que se opõem à forma colonialista de habitar a terra. Neste livro, o autor trata de aspectos sobre como a destruição do meio ambiente e o legado colonial estão inteiramente ligados, tanto nas suas causas quanto nas suas consequências.

⁵ Obra originalmente publicada em 2019 e traduzida para o português no ano de 2022.

⁶ Nascido na Martinica, Malcom Ferdinand é graduado em engenharia ambiental pela University College London (UCL) e doutor em filosofia política e ciência política pela Université Paris Diderot . Por esta obra, recebeu o prêmio Prix du Livre de la Fondation de l'Écologie Politique em 2019. Atualmente, é pesquisador do Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS) e atua no Institut de Recherche Interdisciplinaire en Sciences Sociales (Irisso) da Université Paris Dauphine-PSL.

A referida obra tensiona potentes reflexões a partir da genealogia do pensamento ecológico, expondo presenças e ausências significativas na formação da ecologia clássica que reverbera na contemporaneidade. Reunindo o pensamento ecológico e o pensamento decolonial, Malcom Ferdinand (2022), ressalta o papel das comunidades quilombolas como resistência à forma destruidora, suicida e assassina de lidar com a natureza. É dessas experiências de resistências negras que os escritos de Malcom nos enriquecem com ferramentas conceituais para pensar as formas de existir diante da crise ecológica.

A perspectiva dualista entre natureza e sociedade a partir do ponto de vista em que a natureza deve ser dominada e subordinada à humanidade é causadora do desequilíbrio ecológico. Bruno Latour (2020) reitera que na tradição ocidental, grande parte das definições do humano enfatiza até que ponto ele *se distingue* da natureza. A partir das noções de “cultura”, de “sociedade” ou de “civilização”, os seres humanos são impedidos de se aproximarem da natureza, pois são, acima de tudo, seres culturais que *se distinguem* da natureza. Daí a importância de confrontar essa separação que ainda se vê presente na ciência geográfica. Marques (2019) afirma que:

O mundo social, de um lado, e o mundo natural ou físico, do outro, têm sido analisados por diferentes disciplinas, em suas especialidades e com base em suas respectivas teorias, e a relação sociedade e natureza, pensada como um fato *a posteriori* que põe em contato esses dois mundos. Esse caminho, bastante difundido na Geografia, tem se revelado problemático dada a dificuldade verificada para se estabelecer o diálogo entre diferentes tradições de pensamento e as distintas lógicas identificadas para explicar cada um desses dois mundos. Isso é reforçado pelo grande distanciamento existente entre as abordagens das ciências da natureza, de forte viés positivista, e as teorias sociais, sobretudo aquelas mais sensíveis a particularidades dos fenômenos culturais e políticos, bem como à diversidade e às contradições que lhes são correlatas (p. 177).

A geografia, especialmente no que se refere às produções da geografia cultural, tem contribuído para este debate a partir de concepções como a do Bem Viver e de conceitos como o de Corpo-território, que surgiram no debate entre os povos indígenas da América Latina. Entretanto, necessitava de um repertório teórico próprio da afrodiáspora, em que levasse em consideração o percurso histórico-geográfico que a população negra enfrentou ao serem traficados para as Américas, seja partindo do *marronage* no Caribe, seja da aquilombagem no Brasil. A ecologia decolonial de Malcom Ferdinand pode cobrir essas lacunas bibliográficas fornecendo alternativas teóricas para se referir às relações diferenciadas que as comunidades quilombolas mantêm com a natureza, visibilizando suas práticas agroecológicas como fundamentais para conservação da floresta, dos rios e dos animais.

ESCRavidÃO E A DESTRUÍÇÃO DO MEIO AMBIENTE



Da invasão, do tráfico negreiro e da exploração desenfreada praticada pelos colonizadores, se produziu uma forma colonial de habitar a terra e, isso moldou as relações: a relação com a natureza, a relação com o outro e a relação consigo. A forma de viver se estruturou na violência, na escravização, na opressão e na destruição dos ecossistemas, pois se via a natureza e alguns grupos humanos como mercadoria. Essa maneira de habitar a terra tem permanências e se mostra atualmente a partir dos racismos, genocídios, misoginia e etc.

A exploração do meio ambiente está estritamente ligada à exploração de pessoas, e nesse caso, não são quaisquer pessoas: essas pessoas tem cor, gênero e classe. São corpos específicos que foram escolhidos para serem transformados em mercadoria lado a lado com a natureza.

A escravidão nas Américas, especialmente no Brasil, foi um grande marcador social, cultural, territorial e econômico que afetou a forma como a sociedade brasileira se constituiu, uma vez que o país foi o maior importador de escravizados das Américas e foi o último a abolir a escravidão. Desta feita, o Brasil é formado no seio da escravidão e esse mesmo Brasil colônia se renova em diversas práticas que seguem os moldes escravistas, a exemplo do sistema de *plantations*⁷.



Fonte: Escravos na colheita do café. C. 1882. Vale do Paraíba. (Marc Ferrez/Acervo Instituto Moreira Salles)

⁷ O sistema *plantation* enquanto modelo perverso de economia da monocultura serviu também para a dominação territorial na região caribenha.

Para Malcom, a escravidão seria ligada a destruição do meio ambiente porque ela seria um elemento de transformação ecológica a partir das *plantations*. Sendo um sistema agrícola perverso, a *plantation* é vinculada ao trabalho escravo e à monocultura. Um dos traços principais do habitar colonial foi o estabelecimento da *plantation* como a maneira primordial de ocupação: “Um conjunto que compreendia o campo cultivado, as oficinas e o engenho, a casa-grande e as senzalas. A *plantation* foi a principal forma de ocupação das terras, quer se tratasse de algodão, de índigo, de tabaco ou de cana-de-açúcar” (FERDINAND, p. 49, 2022). A *plantation* transformou pessoas escravizadas em meras propriedades de senhores escravistas. Um país inteiro enriquecendo em detrimento da exploração e do cativo em que a natureza e pessoas negras eram colocadas. Sobre isto, Ruy Moreira (2018) afirma que;

O poder do senhorio plantacionista é dado pela propriedade de escravos, não pela propriedade de terra. A Lei das Sesmarias consagra este preceito ao estabelecer como critério de distribuição da propriedade de terra que a extensão do direito senhorial deva ser proporcional ao seu plantel de escravos. O poder sobre os escravos se estende proporcionalmente ao poder sobre as terras. Concentrando a propriedade dos escravos e, por isso, também da terra, a classe senhorial plantacionista domina o poder na colônia. (p. 66)

A mudança ecológica e a destruição do meio ambiente teriam começado com o sistema de *plantations*, que se reatualiza na forma como o agronegócio se apresenta no país: exploração massiva da terra como recurso com fins de exportação comercial e de enriquecimento financeiro. Para Malcom Ferdinand, a *plantation* não se limita às fronteiras de propriedade rural ou de fábrica. Ela designaria as injustiças espaciais globais, as relações de poder e de dependência. Segundo o autor, existe uma continuidade das *plantations* que dita a orientação das instituições públicas, das universidades, dos serviços estatais e até mesmo o gosto dos consumidores, ou seja, comanda as formas de viver junto e de habitar a terra. Disso, resultaria numa estética da repetição, numa uniformização das plantas, das formas de consumir, de se vestir e de pensar o mundo. Quer se trate de plantações agrícolas ou de fábricas, o sistema de *plantation* “Lança luz sobre as violências humanas dos locais de produção, sobre as hierarquias raciais e misóginas, sobre desigualdades, sobre as formas de escravidão e de miséria operária, sobre os riscos sanitários etc”. (p. 67)

Isto posto, existe uma continuidade do projeto colonial de transformar vidas humanas e não-humanas em recurso. A reatualização deste projeto é denominada por Anna Tsing e Donna Haraway de *Plantationoceno*. Derivando da era geológica do Antropoceno, a *plantationoceno* é a permanência da *plantation* como a principal forma de habitar a terra, reduzindo o mundo a um grande mercado de recursos consumíveis. A *plantationoceno* não se

ao modelo colonial de plantação, mas trata-se de concepções modernas e ideológicas que resultam na supremacia branca, no racismo, no eurocentrismo e na misoginia. Ferdinand (2022) reforça que os humanos e a natureza se encontram subjugados às técnicas de transformação da terra em recursos, entre elas a utilização de produtos químicos tóxicos na agricultura. Além das sequelas que a emissão de gases de efeito estufa causam sobre o clima, “a *plantationoceno* revela-se também na difusão global de substâncias tóxicas e persistentes utilizadas como tecnologia de governo da natureza” (p. 210)

Diante disso, Malcom Ferdinand elabora uma outra face da *plantationoceno*: o *Negroceno*. Para ele, o negroceno assinala a era geológica na qual a continuação do habitar colonial e as destruições do meio ambiente são acompanhadas pela violência da população negra. No negroceno, a hierarquia a partir da casa-grande e a senzala se repete. Grada Kilomba (2019) utiliza a metáfora da plantação (*plantation*) como símbolo de um passado traumático que é reencenado através do racismo cotidiano. Segundo a autora, existe um trauma colonial a partir dessa lógica de plantação que configura as relações econômicas, sociais, culturais e territoriais.

O negroceno também expressa as resistências silenciosas e as histórias que não puderam ser contadas, uma vez que a narrativa não pertence mais apenas ao senhor. O negroceno é um conceito que serve para cavar e desenterrar os vestígios daqueles e daquelas que a humanidade e o mundo foram recusados. As experiências e o modo de vida quilombola nas Américas são produtoras de caminhos de resistências diante do *plantationoceno* e do negroceno. Por isso é necessário aquilombar-se.

É importante que a ciência, particularmente a geográfica, dispute e se aproprie de conceitos que nos façam estabelecer alianças contra o *plantationoceno/negroceno* e as desigualdades mantidas por ele. Pensando nisso, o autor produziu o conceito de *dupla fratura*.

A dupla fratura diz respeito ao impedimento em compreender a relação entre a herança colonial e a destruição dos ecossistemas, cristalizando a separação da questão colonial e da questão ambiental. A dupla fratura se faz presente em todos os âmbitos da sociedade, especialmente em movimentos ambientais - e científicos - que não superam a racionalidade branca-ocidental em que não se leva em consideração as consequências que foram instituídas pelo homem branco, logo, o conceito de dupla fratura é uma perspectiva que nos permite realizar uma dupla crítica à invisibilização da colonização e da escravidão que acaba por produzir uma ecologia colonial.

As catástrofes naturais também são cercadas por construções sociais e discursos, pois, apesar de naturais, são resultados de certas maneiras de habitar a terra, de modelos

econômicas e de escolhas políticas que crescem as desigualdades e as relações de poder. A crise ambiental gera alguns bons negócios: tendo os que lucram, os que se salvam e os que sofrem, uma vez que as relações ambientais passam por uma hierarquia seletiva de afetados. Malcom caminha por um sentido que visa realizar uma mudança discursiva sobre a crise ecológica, visto que vai se promover a salvação de uns e a morte de outros, a questão que ressoa é: quem tem o direito de se salvar?

Ao escrever sobre o furacão Katrina em 2005, o geógrafo Neil Smith já destacava as dimensões de raça e de classe nos desastres ambientais, que segundo ele são desastres decididamente não naturais.

Em 1976, um terremoto devastador matou cerca de 23 mil pessoas na Guatemala e deixou 1,5 milhão de pessoas em situação de rua. Eu digo “cerca”, porque a vasta maioria das mortes não resultou diretamente do evento físico em si, mas aconteceu nos dias e semanas que se seguiram. Uma assistência internacional massiva inundou a Guatemala, não sendo, entretanto, canalizada aos camponeses mais afetados e necessitados, que acabaram chamando o desastre de “terremoto de classe”. Nas comunidades que margeiam o Oceano Índico, devastadas pelo tsunami de dezembro de 2004, as fissuras étnicas e de classe das antigas sociedades foram reforçadas ainda mais profundamente pelos padrões de resposta e reconstrução após o desastre. Lá, a “reconstrução” impede, forçosamente, os pescadores locais de restabelecer seus meios de subsistência, mas planeja, em vez disso, uma orla segura para os turistas ricos. Os habitantes locais chamam o esforço de reconstrução de “segundo tsunami”. Em Nova Orleans, já existem rumores do Katrina como “Furacão Bush”. Não é apenas no chamado Terceiro Mundo, como podemos ver, que as chances de sobreviver a um desastre são, mais do que qualquer outra coisa, dependentes da raça, etnia e classe social (SMITH, 2022).

Em concordância com Neil Smith, Malcom Ferdinand percebe os temas ambientais como uma continuação de uma dominação colonial que acentua o sofrimento de grupos específicos: negros, quilombolas, pobres, indígenas, camponeses, mulheres e etc., isto é, os subalternos. É necessário pensar nos desastres e nas crises ecológicas a contrapelo, dado que ainda há uma imersão no imaginário ocidental que apaga o fato colonial e nisso se exclui as escravidões contemporâneas, pautadas no racismo, no genocídio e na necropolítica.

No meio desse ciclone colonial, há povos que criaram cosmologias que não conhecem a separação moderna entre natureza e cultura, o oposto disso: são formas de resistência ao capitalismo e à dominação colonial que mobilizam governos e multinacionais.

AQUILOMBAR A PLANTATIONOCENO

Flávio Gomes (2015) afirma que nas Américas se desenvolveram comunidades de fugitivos que receberam diversos nomes, como *cumbes* na Venezuela ou *palenques* na Colômbia. Na Jamaica, no restante do Caribe inglês e no sul dos Estados Unidos foram chamados de *marrons*. Na Guiana holandesa – depois Suriname – ficaram conhecidos como

bush negroas. No Caribe francês o fenômeno era conhecido como *marronage*. No Brasil, desde as primeiras décadas da colonização, essas comunidades ficaram conhecidas primeiramente com a denominação de *mocambos* e depois *quilombos*. Também é sobre o encontro da *aquilombagem* e da *marronage* que a obra de Malcom Ferdinand se envereda, produzindo um devir crioulo de resistência.

A partir das fugas, tanto no Brasil quanto na região do Caribe, no interior das florestas e dos rios, enrolados nas raízes das matas, os escravizados africanos fugitivos tornam-se filhos das Américas. O quilombola torna-se um nativo. Os imaginários crioulos de resistência representados pela revolução do Haiti, pelas revoltas vitoriosas da ilha da Martinica e pelas fugas para os quilombos expressam o rompimento com a tradição colonial. O aquilombamento no Brasil ou o *marronage* no caribe teve como condição o encontro entre o negro e a natureza.

O autor ao se referir sobre como a escravidão fez com que os prisioneiros perdessem seus vínculos com a mãe (mãe terra e mãe África), utiliza o conceito de *matricídio*. O matricídio seria a relação de estranhamento dos humanos com a terra. Para ele, a qualidade matricial da terra foi desfeita a partir do rapto e do tráfico de africanos e africanas, já que o navio negreiro tentou destituir dos seus cativos os pertencimentos culturais, crenças espirituais, práticas sociais, territoriais, linguísticas e etc. Os corpos de milhares de negros foram separados de seus ecossistemas. Daí a importância do aquilombamento como retomada dessa relação matricial em que pudessem re-produzir seus ecossistemas negros.

Nesse contexto, o autor sugere que as lutas anticoloniais e antirracistas são elementos centrais da crise ecológica, pois produzem uma *ecologia decolonial*. A ecologia decolonial articularia o embate das questões ecológicas contemporâneas com a emancipação da fratura colonial, a partir da *saída do porão do navio negreiro*⁸.

Na obra, o navio negreiro é utilizado como uma metáfora política que simboliza a relação com o mundo e com o “outro”, visto que colocar pessoas no porão do navio negreiro é o gesto que inaugura a relação escravista. É no porão que se institui um conjunto de relações entre humanos, criando uma alteridade violenta com o “outro”. É ali que se cria uma distinção: superior e inferior.

O navio negreiro, especialmente o porão, representa o dispositivo político fundador do mundo moderno que faz referência a um espaço infernal protagonizado por diversos tipos de violências. Essa política do porão não desaparece com o fim dos navios negreiros: ela

⁸ O autor não se refere ao navio negreiro somente como uma embarcação histórica, mas também enquanto um dispositivo de poder que dominou socialmente e politicamente pessoas escravizadas.

permanecer como política de Estado, da polícia, de grandes empreendimentos, melhor dizendo, a serviço do capitalismo. Malcom afirma que é necessário que haja o desembarque desse navio a partir do rompimento com a tradição colonial que seria expressado pelas práticas de resistências negras, como o próprio modo de vida quilombola com as suas práticas agroecológicas. O aquilombamento, então, emergiria novamente como resistência ecológica e política, confrontando os navios negreiros e as *plantations* que são instituídas sob novas roupagens.

O modo de vida, o modo de ser e os saberes-fazeres das comunidades quilombolas são imersos em práticas de resistências que são conectadas às experiências políticas do Caribe, em especial do Haiti, que assombrou a sociedade e as autoridades escravistas pela sua bem-sucedida Revolução Haitiana (REIS, 2021). Revolução esta que provocou a ira em muitos países colonizadores que construíram/constroem diversos tipos de bloqueios contra a nação haitiana. Muitas comunidades *marrons*/quilombolas no Haiti ainda mantêm firme suas resistências contra seus opressores. São povos que representam a ecologia decolonial como um caminho; uma direção à uma ecologia-do-mundo. Os quilombolas mostram cotidianamente novas formas de fazer-mundo, um mundo que ultrapasse a dupla fratura da modernidade.

A natureza não precisa estar distante da humanidade para ser preservada, pois nem toda a humanidade a concebe como inferior. Há povos que produzem práticas culturais que garantem a sustentabilidade da floresta. A forma de manejo agroecológico dos quilombos deve ser tida como uma prática conservacionista e como confluência contracolonial⁹ à lógica liberal, ocidental e branca de pensar a natureza.

A ecologia decolonial seria imersa nos ecossistemas negros que foram forjados no porão da modernidade, mas que produziram uma forma particular de se relacionar com a natureza no Brasil. Os quilombolas recriam laços com a terra e produzem um valor social, cultural e afetivo com a natureza. Estes ecossistemas negros tem uma concepção de natureza com ações sociais que são imbuídas de valores, culturas e crenças, já que práticas culturais e valores também se manifestam nas atividades ecológicas que os povos realizam. A ecologia decolonial, sobretudo, é pautada nos saberes-fazeres dos quilombos. A luta contra as crises ecológicas deve ser elaborada ao lado das lutas políticas, epistêmicas, científicas, jurídicas, filosóficas, objetivando eliminar as estruturas coloniais do viver junto.

⁹ SANTOS, Antônio Bispo. **Colonização, quilombos: modos e significados**. Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa – INCTI, Unb. Brasília, junho de 2015.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A obra *Por uma Ecologia decolonial* de Malcom Ferdinand traz uma série de deslocamentos epistêmicos que podem contribuir consideravelmente para a ciência geográfica, pois com a urgência das crises ambientais é necessário pensarmos na forma como nos apropriamos e usamos a natureza.

Pensar os escritos de Malcom na perspectiva da Geografia, nos faz chegar ao entendimento de que a violência praticada pelos colonizadores europeus contra os indígenas, o tráfico negreiro transatlântico, a escravidão de milhares de pessoas negras, a exploração da terra e o racismo contemporâneo têm relação direta com as poluições, degradações, riscos ambientais e outras formas destrutivas de habitar a Terra. Para entender a destruição do meio ambiente é necessário compreender o percurso histórico-geográfico da exploração humana na modernidade.

A grande questão nesse debate se dar pela invisibilização da colonização e da escravidão como contribuintes para a manutenção de um habitar colonial em que maltrata a natureza. Anular o fato colonial tem sido corriqueiro por homens brancos que criticam somente a fratura ambiental, esquecendo do contexto de violência que a colonização causou nos países pós-coloniais. A fratura colonial coloca em evidência a crueldade com que os colonizadores passaram a tratar e habitar a Terra, colocando suas histórias e seus anseios no topo da hierarquia de valores, subalternizando a vida dos humanos e não humanos e conseqüentemente isso segue sendo reforçado pelo capitalismo.

Diante disso, existem povos que mantêm outras cosmologias em relação à natureza, como os quilombolas, que produzem uma ecologia decolonial. Indo na contramão de uma concepção moderna de natureza, os povos quilombolas e suas práticas agroecológicas nos ensinam que é possível outro entendimento e uso da natureza. O aquilombamento é expresso como uma ação antiescravista com permissão de preservação do meio ambiente, por isso a necessidade de aquilombar o antropoceno, ou melhor, o *plantationoceno*.

A obra de Malcom deixa um aprendizado potente ao afirmar que os quilombolas foram os primeiros ecologistas modernos da sociedade crioula, que mesmo sendo ocultados dos clássicos da ecologia, eles resistiram. Portanto, é importantíssimo que geógrafos e geógrafas revisem suas concepções teóricas sobre a relação sociedade-natureza/cultura-natureza que não abarquem os entendimentos dos povos quilombolas, indígenas, camponeses etc.



REFERÊNCIAS

FERDINAND, Malcom. **Uma ecologia decolonial**: pensar a partir do mundo caribenho. Tradução Letícia Mei; prefácio Angela Davis; posfácio Guilherme Moura Fagundes. – São Paulo: Ubu Editora, 2022.

GOMES, Flávio. **Mocambos e quilombos**: uma história do campesinato negro no Brasil. 1ª ed. – São Paulo: Claro Enigma, 2015.

HARAWAY, Donna. **Antropoceno, Capitaloceno, Plantationoceno, Chthuluceno**: fazendo parentes. ClimaCom Cultura Científica – pesquisa, jornalismo e arte, 2016.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

LATOUR, Bruno. **Diante de Gaia**: oito conferências sobre a natureza no antropoceno. São Paulo: Ubu, 2020.

MARQUES, Marta Inez. Natureza e Sociedade. In: **A necessidade da Geografia** / Org.: Ana Fani Alessandri Carlos e Rita de Cássia Ariza da Cruz. – São Paulo: Contexto, 2019.

MOREIRA, Ruy. **Mudar para manter exatamente igual**: os ciclos espaciais de acumulação: o espaço total: formação do espaço agrário. – Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

REIS, João José; GOMES, Flávio. Um guia para a revolta escrava. In: João José Reis; Flávio dos Santos Gomes (orgs.). **Revoltas escravas no Brasil** – 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

SANTOS, Antônio Bispo. **Colonização, quilombos**: modos e significados. Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa – INCTI, Unb. Brasília, junho de 2015.

SMITH, Neil. **Não existe desastre natural**. Tradução de Bruno Xavier Martins. Le Monde Diplomatique Brasil, 2022. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/nao-existe-desastre-natural/#:~:text=processo%20de%20reconstru%C3%A7%C3%A3o,-.N%C3%A3o%20existe%20desastre%20natural.,solu%C3%A7%C3%A3o%20para%20esse%20massacre%20desastroso.>